

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE.
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

GLÁUCIA REJANE GABRIEL CAMPOS

**A REVOLUÇÃO DE 1930 NO RIO GRANDE DO NORTE:
AS RAÍZES DE UM MOVIMENTO**

NATAL/ RN

2006

GLÁUCIA REJANE GABRIEL CAMPOS

**A REVOLUÇÃO DE 1930 NO RIO GRANDE DO NORTE:
AS RAÍZES DE UM MOVIMENTO**

Monografia apresentada à coordenação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Possamai

NATAL/RN

2006

GLÁUCIA REJANE GABRIEL CAMPOS

**A REVOLUÇÃO DE 1930 NO RIO GRANDE DO NORTE:
AS RAÍZES DE UM MOVIMENTO**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso pela aluna: GLÁUCIA REJANE GABRIEL CAMPOS à coordenação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em História, recebendo o conceito (____), conforme a avaliação do professor orientador e dos membros da banca examinadora constituída pelos (as) professores (as):

Aprovado em ____ / ____ / ____

Prof. Dr. Paulo César Possamai
Orientador

NATAL / RN
2006

Com gratidão, dedico a todos que colaboraram com paciência, amor e dedicação, enriquecendo ainda mais o teor deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A criação deste trabalho é fruto de um amplo conjunto. Em primeiro lugar, a Deus, porque nos momentos difíceis desta trajetória, sempre me iluminou, dando-me forças para prosseguir.

À minha mãe, Adeilda Conceição, pela presença, paciência e pelos incentivos empreendidos no decorrer das realizações em minha vida.

A toda a minha família, pela compreensão, o apoio e por participar, direta ou indiretamente, das minhas decisões.

À Ana Lúcia, pela valiosa colaboração.

“Muito poucos lêem e ouvem e são esses poucos que
passam os recados adiante para a posteridade.”
(ALFREDO MARQUES)

SUMÁRIO

← INTRODUÇÃO.....	7
1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: REGISTROS E MARCAS DO BRASIL NA DÉCADA DE 1930	15
1.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS MARCANTES DA REPÚBLICA VELHA: POLÍTICA CAFÉ-COM-LEITE E TENENTISMO	18
1.2 A ECLOSÃO DO MOVIMENTO: RAZÕES E CAUSAS DA REVOLUÇÃO DE 30.....	25
1.3 A ERA VARGAS: GOVERNO CONSTITUCIONAL E INTÉTONA COMUNISTA	29
2 O RIO GRANDE DO NORTE EM FOCO: VESTÍGIOS E LUTAS	36
2.1 PANORAMA POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO: UM RECORTE DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE	37
2.2 O ÁPICE DA CRISE: A EXPLOSAO DA REVOLUÇÃO DE 30 NO RIO GRANDE DO NORTE	47
2.3 O GOLPE DE 1930 NO RN: AMBIENTE POLÍTICO E SOCIAL NOS ANOS DE 30 E 35	50
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

Todo fato histórico tem suas causas remotas e imediatas.

(GERALDO ARAÚJO)

Campo de vários estudos e pesquisas, a História do Brasil não se esvazia em seu teor e ainda incentiva as investigações e as descobertas. Um dos temas bastante explorados na historiografia brasileira é a Revolução de 1930. Os anos de 1920 e 1930 são extremamente ricos, pois se constituem num complexo conjunto de acontecimentos marcantes e de mudanças acentuadas, as quais originaram novas formas de pensar e se posicionar dos indivíduos, diante dos problemas que emergem no seio da sociedade.

Pode-se evidenciar, nas leituras da literatura utilizada neste estudo, que se tratam de duas décadas assinaladas por tensões e manifestações, com as quais eclodiram, entre outros fatos, a organização e o fortalecimento do movimento sindical, o surgimento do partido comunista e disputas pelo poder entre representantes das elites das regionais. Nesse contexto, encontra-se o Rio Grande do Norte, um estado que apresenta, no bojo de suas configurações, sinais e influências históricas desse movimento.

Em virtude disso, uma nova constituição para o país foi promulgada em 1934, através da grande pressão política sobre o governo de Vargas, após ter ocorrido a chamada **Revolução Constitucionalista**, em 1930. Vitoriosa a revolução, sua composição heterogênea marcou o período da administração de Vargas, que se caracteriza, sobretudo, pela experimentação e improvisação de um novo sistema político.

A presente ^MMonografia aborda, como temática, a Revolução de 1930, um período imbricado por participação política e movimentos revolucionários, e que aponta como

destaque, problemas de ordem política, social e econômica, caracterizando-se pelo processo histórico brasileiro daquela época. Para tanto, apresenta-se como objeto de estudo, primordialmente, a Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte, em especial, o período que compreende os anos de 1930 a 1935, evidenciando a sua participação e os acontecimentos que a antecederam, numa abordagem essencialmente histórica.

Portanto, procura-se, de um lado, estudar a relação do movimento ocorrido entre 1930 a 1935, a fim de compreender o sentido das lutas internas e, por outro lado, determinar em que medida o Rio Grande do Norte incorporou os ideais da Revolução e a instalação das interventorias no estado. Elas eram representantes da corrente revolucionária tenentista que se consolidaram no poder em decorrência do processo político, bem como os problemas específicos enfrentados pelos representantes do Governo Federal neste Estado. Sabe-se que o contexto investigado tem sido objeto de estudo, dos quais resultam diferentes interpretações, pelas quais definem se tratar de uma revolução com um marco fundamental, haja vista ter suscitado mudanças significativas nos padrões econômicos e políticos do Brasil.

Sabe-se que, ao ser introduzida essa mobilização, o Brasil passava por crises nos paradigmas políticos, sociais e econômicos, decisivas para a construção da história contemporânea do país. De acordo com Spinelli (1996), as mudanças se processaram com maior afinco nos anos 20 e 30, quando se instalaram dúvidas acerca das forças do poder da classe dominante, as quais se utilizavam de atitudes antidemocráticas para se manter no poder, a exemplo do voto que não era secreto, as atas eleitorais eram, comumente, adulteradas, fazendo valer o desejo dos grupos hegemônicos, além da proibição do direito de votar das mulheres e dos analfabetos.

No que tange ao Rio Grande do Norte, sua situação política caracteriza-se por uma constante rotatividade na administração pública, movida pelas contradições entre a nova

classe política e a dos políticos tradicionais, que tem como decorrência cinco interventores designados para administrar este Estado, nos quatro anos de governo provisório. Segundo Mariz (1983, p. 105), as interventorias “[...] eram apenas um mecanismo de centralização político-administrativa que o governo provisório procurava implantar, com o apoio de um aparato burocrático estatal de grande porte.” Investiga-se, portanto, como uma das problemáticas desta pesquisa, se esse fato foi, de fato, um período de real instabilidade política e indefinição de medidas.

Dada a relevância de incertezas como essas, vivenciadas no período anterior a 1930 a 1935, que se busca aprofundar os verdadeiros motivos que levaram a Revolução - em nível nacional, a recolocar a política estadual cujo domínio estatal, na época, era oligárquico, mantido através de arranjos de interação com o Governo Federal. Muito embora aparecesse na condição de sócio menor no jogo político, ^o Rio Grande do Norte não estava isento das barganhas da política nacional.

Desse modo, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a participação do Rio Grande do Norte na Revolução de 1930 e o que representou esse movimento para a ocorrência de mudanças na estrutura política deste estado. O interesse em pesquisar sobre o assunto surge da necessidade de evidenciar e discutir sobre os aspectos norteadores dessa revolução, visto que apresenta diferentes interpretações, a depender de posições teóricas distintas, gerando controvérsias em relação às medidas autoritárias de centralização e do poder.

A questão que se pretende investigar se justifica a partir de diferentes enfoques, a saber: a princípio, por tentar explorar um tema cuja pertinência se concentra na busca de e compreender o sentido das lutas, e levantar dados de como um estado incorporou os ideais dessa Revolução, tendo-se como panorama político, a forma como se estabeleceu no Rio

Grande do Norte, ao ensejar sucessivas adesões ao movimento, no momento em que destruía as estruturas obsoletas da Primeira República, coalizão heterogênea contra o bloco hegemônico, conforme se pode evidenciar nos registros de vários autores que tratam desse assunto, como Araújo (1984), Mariz e Suassuna (1999, 2002). Pretende-se fazer uma análise mais específica sobre os aspectos determinantes que promoveram essa revolução, período que marca o início de Vargas ou da Era Getulista. Com isso, passa-se a ter a compreensão do processo histórico brasileiro da década de 30, com o início das divergências e dos conflitos internos entre as regiões.

Para tanto, uma das motivações para o referido estudo parte do fato de que poucos historiadores escreveram sobre a Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte. A curiosidade por entender a sua participação política, econômica e social, a partir da conjuntura Nacional dos anos de 30 a 35 é de fundamental relevância, já que foram provenientes das medidas oficiais do governo de Getúlio Vargas, as quais pretendiam remover obstáculos que impediam a ação do governo, no sentido de eliminar os resquícios do regime oligárquico e ajustar a ordem institucional aos propósitos moralizadores da revolução.

No que se diz a respeito à historiografia Nacional e a do Rio Grande do Norte, esclarece-se sobre o que é a história e como se constrói o conhecimento histórico, visto que evidencia aspectos de permanências e mudanças coexistentes entre os seres sociais, a partir de um determinado contexto histórico. Apesar do movimento de 1930 ser um marco de expressivas transformações, evidenciam-se, na literatura, diferentes interpretações dos estudiosos no campo da historiografia. E com base nessas controvérsias que a História do Brasil sempre se manifestou de diversas maneiras. Diante das adversidades de pontos de vista, faz-se necessário analisar esse período, na vertente de esclarecer as causas e conseqüências, positivas e/ou negativas, na situação econômica e social do país, sobretudo,

do Rio Grande do Norte.

Outro fator importante para a realização da pesquisa sobre o Movimento Revolucionário de 1930 se refere às relações estabelecidas pelo governo central. Nesse contexto, convém destacar a participação do Rio Grande do Norte nessa mobilização, através das esferas política, econômica e social.

As leituras realizadas no Curso de Graduação de História levam a observar que, apesar dos setenta e seis anos desse movimento, no Estado e a nível nacional, foram poucos os historiadores que escreveram sobre o Rio Grande do Norte, mesmo ele sendo associado como adesista à revolução. Como o tema foi pouco explorado pelos estudiosos, é mais uma justificativa para legitimar relevância da proposta ora em estudo, pois se trata de um tema de grande importância, não só para a História do Rio Grande do Norte, mas também para os registros históricos da sociedade. A citação seguinte ressalta a importância deste estudo para a historiografia local.

A produção historiográfica sobre o Rio Grande do Norte vem sendo enriquecida ultimamente com a produção de trabalhos sobre temas específicos, provenientes de monografias de cursos, seja de graduação, especialização ou dissertações de mestrados e teses de doutorado. Entretanto, esse acervo bibliográfico é pouco conhecido e divulgado, uma vez que muitos não foram publicados, restringindo-se a arquivos ou bibliotecas setoriais do referido curso. (MARIZ e SUASSUNA, 2002, p, 21).

A pesquisa proposta se enquadra no campo de estudo da história política, social e econômica, tendo em vista que o movimento revolucionário de 1930, de alguma forma, estava ligado ao movimento de classe média¹ mesmo que alguns pesquisadores defendam ter sido um movimento da florescente burguesia industrial. Com a finalidade de enfatizar o objeto pesquisado, foram trabalhados, de maneira mais aprofundada, definições e contextos

¹ Esse termo foi empregado devido ao fato que no contexto histórico da época em estudo, era utilizado como uma forma de estratificação social. contudo, nos dias atuais encontramos a ausência de padrões categóricos para realizar tal classificação.

específicos da Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte, na tentativa de atingir o objetivo ora almejado.

Nessa direção, para dar suporte científico à pesquisa apresentam-se, como referências básicas, as contribuições de autores, como: Souza (1999), Suassuna e Mariz (1997 e 2001), Araújo, Pinheiro e Medeiros (1984), Mariz (1983), Spinelli (1996), Denise Monteiro (2000) entre outros. As fontes consultadas se encontram em arquivos públicos, bibliotecas, Instituto Histórico e Geográfico, nos arquivos das empresas jornalísticas, por meio de periódicos que consistem em matérias editadas sobre o tema.

Segundo Horn (2005), toda pesquisa demanda um certo planejamento, portanto, a fim de atender ao objetivo da investigação que se propôs analisar, pretende-se, neste item, esclarecer a abordagem deste estudo. Em se tratando da tipologia, caracteriza-se como pesquisa bibliográfica cujo objetivo principal “[...] é buscar compreender as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema-problema ou recorte, considerando-se a produção já existente”. (HORN, 2005. p. 73).

Nesse sentido, a metodologia utilizada na realização desta pesquisa fundamentou-se no levantamento de fontes bibliográficas, as quais subsidiaram nas respostas às questões que foram se delineando, à medida que iam se aprofundando com elementos os estudos elucidativos, através de pesquisas em arquivos públicos, inclusive no acervo do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte. Partiu-se de consultas a documentos e Diários Oficiais, pesquisas em arquivos de jornais, com leituras a matérias jornalísticas sobre a Revolução de 1930 e sobre a conjuntura política da época, além da utilização de livros editados por autores que tratam da temática, em bibliotecas. A vasta bibliografia sobre a Revolução de 1930 que até hoje é produzida mostra, por si só, a importância desse evento na história brasileira.

Portanto, foi feita uma análise de conteúdos das fontes e dos acervos pesquisados, como matérias jornalísticas, documentos e livros, por ser um procedimento necessário para este tipo de estudo, tendo em vista ser um instrumento de pesquisa e técnicas de análise das comunicações já editadas. A análise de conteúdo na pesquisa teve como objetivo interpretar e verificar quais as informações contidas nas fontes, analisando-se os diversos pontos de vista, a linha de raciocínio, as várias vertentes históricas, como também a intencionalidade dos autores. Ademais, investigam-se, ainda, o que estaria implícito nas obras editadas, na tentativa de se chegar a uma análise comparativa dos conteúdos, levando-se em conta o objeto pesquisado.

A partir do enfoque direcionado pelos teóricos, o aprofundamento acerca desses elementos terá início logo no primeiro capítulo, ao se elucidar uma contextualização histórica acerca dos registros e marcas do Brasil na década de 1930, através de seis subseções, as quais apresentam e discutem aspectos inerentes ao estudo, a saber: República Velha: política Café-com-Leite; Tenentismo; a eclosão do movimento: razões e causas da Revolução de 30; a Era Vargas: governo constitucional e Intentona Comunista; e, por último, o Golpe de 1930.

No segundo capítulo intitulado, **o Rio Grande do Norte em foco: vestígios e lutas**, busca-se registrar os elos da Revolução com o Estado, explorando subseções, como: o quadro político local anterior ao movimento; o ápice da crise: a explosão da Revolução de 30 no Estado; o golpe de 1930 no Rio Grande do Norte: ambiente político e social. Para atender a estes fins, serão apresentadas as análises da situação observada e as explicações para as devidas constatações, embasadas nos referenciais teóricos.

E por fim, o último capítulo deste texto refere-se às considerações finais, momento em que se procura expressar as conclusões sobre a pesquisa, com a utilidade e a relevância pautadas nas informações traduzidas neste trabalho científico.

As leituras produzidas em tomo da temática deram suporte e auxiliaram na busca dos dados e das informações para a construção do referencial teórico. Essa busca objetivou analisar a conjuntura política em que o país se encontrava, em paralelo com os principais conhecimentos do contexto mundial, bem como verificar a repercussão e o impacto da Revolução junto à sociedade potiguar.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: REGISTROS DO BRASIL NA DÉCADA DE 1930

O conhecimento da conjuntura nacional do período, conhecido como Primeira República (1889 – 1930) é de fundamental importância para a compreensão do processo histórico brasileiro que se desenvolve a partir de então.

(MARIZ e SUASSUNA)

Para discutir sobre a política (poder) e a história é preciso relacionar os conceitos da história e poder. Inicia-se este capítulo, portanto, antes mesmo de discutir a temática em pauta, afirmando que a história auxilia a associar informações, a relacionar e comparar épocas, caracterizar períodos e, simultaneamente, abstrair idéias e generalizar imagens. Em se tratando da História, enquanto disciplina curricular, é imprescindível enfatizar que ela incentiva a desenvolver o raciocínio crítico, visto que fornece instrumentos que levam o indivíduo a discernir e compreender os processos inerentes à organização, a formação e a transformação dos seres construtores de sua história e, conseqüentemente, do conhecimento ao longo da história da humanidade, apreendendo, assim, o movimento do real em diferentes perspectivas.

Do ponto de vista da historiografia, ela tem sido alvo dos debates como um problema fundamental das sociedades em comparar situações e estabelecer relações. Se em outras épocas, a sua abrangência estava relacionada, sobretudo, à questão da participação política no estado, aliando-se a questões sociais, hoje, sua dimensão tem sido sistematicamente ampliada para incluir novos direitos, conforme as condições e as tensões manifestadas na realidade, ligadas aos distanciamentos entre os direitos constitucionais e as práticas quotidianas. Entre as diversas tendências historiográficas, alguns historiadores

voltaram-se para novas problemáticas e temáticas de estudo, sensibilizados, por vezes, por questões hodiernas ligadas à história social, cultural, econômica e política, sugerindo possibilidades de rever ou recontar a história, (re) construindo, assim, o conhecimento histórico.

Sabe-se que a historiografia moderna sofreu grande influência marxista cujo pensamento incentivou as transformações econômicas e as lutas entre as classes sociais, posicionando-se contra a história tradicional, a qual supervalorizava a política e a trajetória vitoriosa da classe burguesa, na consolidação ‘harmoniosa’ do mundo moderno em que se enfocava a ‘Historia dos vencedores’ em detrimento da dos ‘perdedores’. Como se a História fosse constituída por apenas um segmento da sociedade, em geral, por sujeitos que tenham realizado “grandes feitos históricos”, escamoteando os menos favorecidos, que independente da classe social que ocupavam, também fizeram parte integrante da construção histórica.

Faz-se necessário manter uma consolidação entre o poder e conhecimento histórico, porque, o poder impõe novas condições para formação de uma nova estrutura hegemônica. Para que isso aconteça, formam-se as classes, e daí as pressões se criam sobre as estruturas de poder.

Em virtude disso, o conhecimento histórico é o agente das mudanças nas últimas décadas. Através de intensos debates, gerados por movimentos, críticas e propostas que ao longo do tempo vêm ocorrendo mudanças significativas, partindo-se da efetivação de abordagens distintas e de suportes diversos, obras de artes e livros registram textos e /ou imagens com significações que se complementam ou se contradizem, dependendo da forma ou do ponto de vista que enveredam, pois cada uma delas apresenta seu tempo, seu lugar, seus valores e suas ideologias.

As formas de exercício do poder são consideradas, por muitos, como o mais importante para qualquer estudo da organização e do funcionamento da sociedade, havendo mesmo quem o considere o núcleo de todos os estudos sociais. Na verdade, seja qual for à época da história da humanidade ou o grupo humano que se queira conhecer, será sempre indispensável que se dê atenção ao fenômeno do poder.

Esse poder, em circunstâncias evidentemente variáveis, torna-se complexo. Suas relações são multifacetadas e, por vezes, sem opção de escolhas para se manifestarem. Decerto, trata-se de algo que funciona em cadeia, sendo necessário ficar alerta para o fato de que o poder não se esgota nas relações de exploração e dominação entre as classes. A vivência social efetiva um processo político que penetra todas as atitudes de um povo, através de sua formação política. A política se ocupa de todos os processos de formulação e das tomadas de decisões da coletividade. A maior parte desses processos, como se pode imaginar, é extremamente complicado e configura o poder, na sua essência.

Dessa maneira, por mais poder que um estado e as classes dominantes detenham em suas mãos, esse poder consiste numa realidade dialética contraditória, e não se manifesta sem provocar resistência, maiores, ou menores, conforme as circunstâncias históricas das classes dominadas. Fundamentando-se numa visão não arbitrária de poder, pretende-se, então, retratar um perfil do Brasil nos momentos que antecederam o episódio em análise, na vertente de notificar e compreender as influências desses fatos históricos no estado do Rio Grande do Norte.

1.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS MARCANTES DA REPÚBLICA VELHA: POLÍTICA CAFÉ-COM-LEITE E TENENTISMO

Os registros históricos revelam que entre 1889 e 1930, período nomeado como Primeira República, ou mesmo República Velha, o Brasil adotou uma constituição liberal que garantia a liberdade política, econômica e religiosa do cidadão. O poder permaneceu com os grandes proprietários com a adesão de antigos monarquistas ao sistema republicano de governo. As arbitrariedades e os abusos do poderio da classe dominante deixaram registrada uma década histórica para a sociedade brasileira, da qual não se pode esquecer. A exemplo disso, a Política Café-com-Leite e o Movimento Tenentista, os quais serão abordados neste início de capítulo, e servirão como pontos estratégicos de análises e comentários a respeito dos momentos precedentes à Revolução de 1930, enfatizando, em especial, as conjunturas política, social e econômica. Em primeiro lugar, faz-se uma alusão à Política Café-com-leite, para, na seqüência, falar sobre o Movimento Tenentista.

Na perspectiva de entender os motivos que fizeram eclodir a Revolução, convém ressaltar que, apesar do liberalismo defendido pelas elites brasileiras, o Estado intervinha, protegendo o setor exportador, principalmente os cafeicultores, quando o valor das exportações, por alguma razão decrescia. Na República Velha, dois estados tiveram a liderança política: São Paulo e Minas Gerais. O primeiro, mais poderoso economicamente, sobretudo na produção de café; já Minas Gerais, maior pólo eleitoral do país na época e produtor de leite.

A Política do Café-com-Leite, assim renomada essa aliança, teve início em 1894, com o governo de Prudente de Moraes e terminou, oficialmente, com a Revolução de 30, quando Getúlio Vargas assumiu o governo do Brasil. Ela permitiu, entre outros fatos, dois

feitos marcantes: à burguesia cafeeira paulista, a hegemonia, no contexto nacional, da política monetária e cambial, da negociação no exterior de empréstimos para a compra das sacas de café excedentes, enfim, uma política de intervenção que garantia aos cafeicultores segurança em seus lucros; para Minas Gerais, o apoio a São Paulo garantia a nomeação dos membros da elite mineira para cargos na área federal e verbas para obras públicas, como a construção de ferrovias. Para conseguir apoio político nas medidas, enfrentando a forte oposição do Poder Legislativo, o Presidente da época, Campos Sales, instituiu a Política dos Governadores². Assim, os dois estados revezavam-se no poder, os paulistas e os mineiros ocupavam os cargos de Presidente da República e os Ministérios da Justiça, das Finanças, da Agricultura, Vice-presidência, divididos entre si. Segundo Garcia (2006):

A política 'café-com-leite' era de cartas marcadas. A eleição dos representantes do povo e dos governantes era precedida de intensas consultas e negociações que selavam as alianças. O esquema era dominado pelos governadores de Minas e de São Paulo e, como no império, garantiu por quase quarenta anos a estabilidade e o imobilismo político, que favoreceu o setor agrícola e cafeeiro e boicotou os interesses das indústrias e das cidades.

Com o fortalecimento dessas duas oligarquias, deu-se origem, também naquela época, o poder financeiro das aristocracias rurais, estabelecendo-se o coronelismo³, ou seja, o controle político dos Estados pelas oligarquias contava com a participação importante dos 'coronéis', geralmente um grande latifundiário cuja importância estava no fato de que, durante o período eleitoral, eles controlavam o eleitor para votar nos candidatos indicados pelo Partido Republicano. Era o chamado voto de cabresto, pelo qual o eleitor do interior,

². Através dela os senadores e deputados correligionários dos governadores dos Estados teriam amplo prestígio junto ao Governo Federal. Este receberia em troca o apoio dos governadores estaduais na execução da política geral do país. Diminuíam assim, naturalmente, a importância dos partidos, ao mesmo tempo em que se consolidavam as oligarquias locais. Desse modo, eram feitas alianças com as oligarquias dominantes (São Paulo e Minas Gerais), comprometendo-se a apoiá-las em troca da garantia da eleição dos candidatos indicados pelo governo para o Congresso Nacional. Assim, Minas Gerais e São Paulo demograficamente mais fortes, conquistaram o primeiro plano na direção da política republicana.

ligado diretamente aos coronéis, votava no nome que lhe era indicado antes das eleições. Para o eleitor, o voto garantia a 'estima do patrão' e a desobediência podia resultar em punição, na maioria das vezes, violenta.

Vê-se, portanto, já se tratar de um país onde a maioria da população era pobre e analfabeta, com pouco conhecimento para fugir das amarras dos mandatários e dos abusos políticos da época. No início do período republicano, apesar de o voto ser, de acordo com a Constituição vigente, livre para os homens, o processo eleitoral não assegurava a liberdade de escolha, principalmente pelo fato do sufrágio ainda não ser secreto. O eleitor, principalmente da área rural, ao votar, cumpria, tão somente, uma mera formalidade, visto que votava nos candidatos indicados. Na realidade, como afirma Horta (1956, p. 8), "não eram eleições, mas, praticamente nomeações, com resultados certos e fatais, pré-estabelecidos. Faziam-se menos nas urnas que nas atas. Por isso, alguns políticos mais práticos costumavam fazê-la apenas nas atas, poupando trabalho e dinheiro".

Em suma, na ocasião da República Velha, proprietários de terra, isto é, os coronéis, empreendiam jagunços para assegurar que os eleitores de suas zonas de influência votassem em seus candidatos. Nesse ínterim, a população continuava sem amparo e seu direito à cidadania se resumia em comparecer as urnas e votar nos candidatos indicados pelas famílias poderosas. E, em meio ao truculento ambiente concretizado pelas idéias do Regime Republicano estava o Rio Grande do Norte, um estado, aparentemente, com pouca expressividade política no contexto nacional da época, porém, com um significativo teor histórico para o seu povo, conforme será abordado, de forma específica, o contexto do Rio Grande do Norte, no segundo capítulo deste estudo.

No Brasil, o Partido Republicano foi criado com a adesão de um grupo elitizado.

³ O título era originado da antiga Guarda Nacional, sendo o coronel o mandão no município ou na região

Vê-se, portanto, a fragilidade política de um partido cuja adesão se resumia a um grupo de pessoas bem-sucedidas econômica e intelectualmente, na sua maioria, fazendeiros, comerciantes, bacharéis, senhores de engenhos, estudantes universitários e profissionais liberais, conforme Cascudo (*apud* MARIZ e SUASSUNA, 1999).

Excludente ou não, percebe-se a ausência dos ideais das classes sociais menos favorecidas, com certeza, responsáveis por um contingente bem maior da população no Estado. Consolida-se, daí, a afirmação de que prevaleceu a História de um determinado grupo em detrimento de outros, por questões, exclusivamente, de manutenção do poder, como forma de se legitimar como classe hegemônica.

Enfim, novo regime, novas idéias, novos dirigentes, novas lideranças. Contudo, muito pouco ou quase nada mudou. Registrou-se um número exagerado de representantes para um curto período de tempo: de 1889 a 1892 foram nomeados cinco governadores para administrar o Rio Grande do Norte cujas lideranças, apenas “disputaram o poder, dele se apossando, amparados pelo sistema nacional com base na autonomia dos Estados”, conforme formulam Mariz e Suassuna (1999, p. 94).

A prepotência, o abuso do poder, a divisão social persistiram. Com isso, os resultados não poderiam ter sido diferentes. Instaurou-se a instabilidade administrativa da Nova República no Estado, originada pelas incoerências dos ideais republicanos do país, como também pelas atitudes arbitrárias da política local, que dava continuidade aos atos de manipulação das eleições, tais como: o empenho da máquina administrativa, o voto de cabresto ou de curral e a eleição a bico-de-pena⁴. Tais procedimentos, gradativamente, constituem-se como propulsores de sentimentos de indignação e revolta de um segmento

⁴ De acordo com os dados históricos sobre o voto no Brasil, consistiu num tipo de eleição, na qual o voto ainda era secreto cujos resultados dependiam não dos eleitores, mas sim de uma comissão formada por cinco deputados aliados do governo, responsáveis por lavrar as atas, fraudando-as para atender aos interesses que defendiam.

social (classe média), elementos primordiais para uma revolução.

Os contextos político, social e econômico da década de 20 favoreceram e desencadearam insatisfações da burguesia que não aceitava a predominância dos interesses políticos impostos pelas oligarquias rurais, haja vista que o Brasil encontrava-se em pleno desenvolvimento industrial, incrementado pelo aumento de sua produção interna, pois com a I Guerra Mundial (1914-1918)⁵ as importações sofreram reduções significativas, o que acelerou o processo de industrialização brasileiro. Dessa forma, as políticas dos governadores já não atendiam os anseios da sociedade, que saía de um modelo econômico agro-exportador para um industrializado.

Esse fator aumentou o número de contingentes de operários nas cidades, principalmente no eixo Rio de Janeiro - São Paulo. Como consequência, ampliou-se da insatisfação e o fortalecimento das forças opositoras às oligarquias.

No período de 1917⁶ a 1920 ocorreram várias greves lideradas por seguidores das teorias anarquistas, as quais preconizavam a eliminação do Estado e de toda a manipulação política. Todavia, segundo Antunes (2002, p. 36):

A incapacidade teórica, ideológica e política da direção das grandes greves desse período, acrescida da grande influência causada pela vitória da Revolução Socialista da Rússia junto ao operariado brasileiro, fez com que um grupo de militantes anarco-sindicalistas rompessem com essa concepção e, em 1922, fundasse o Partido comunista Brasileiro (PCB). Isso se deu em Março do referido ano, e marcou o início de uma nova fase no nosso movimento operário, agora organizado politicamente em um partido cujo objetivo era dirigir a Revolução no Brasil.

A criação do PCB causou apreensão por parte das oligarquias rurais, mesmo sem significar uma alternativa imediata de poder. Finalmente, seria impossível fazer uma

⁵ A grande guerra de 1914 teve como causa imediata o assassinato do herdeiro do trono austro – húngaro, Francisco Ferdinando, em Sarajevo, capital da Bósnia. No confronto estavam envolvidos dois grandes blocos: o **alemão**, composto pela Alemanha, Áustria – Hungria, Turquia e Bulgária, e o **aliado**, formado por Inglaterra, França, Rússia, Japão, Itália e Estados Unidos. No final, em 1918, a Alemanha, derrotada, assinou o *armistício de Compiègne*, encerrando o conflito.

apreciação sobre o panorama anterior ao Movimento de 30, sem mencionar outro marco histórico relevante para o contexto pré-revolução, sobretudo, para o declínio do poder implantado pela Política do Café-com-Leite: o Tenentismo. Despontou-se na década de 20, por meio de sucessivas rebeliões, lideradas por jovens tenentes e capitães das forças armadas que se opuseram à descentralização estatal, às leis repressivas adotadas pelo governo de Artur Bernardes (1922 – 1926) e defendiam a liberdade individual já contemplada na Constituição de 1891, que na Política dos Governadores acabou sendo negligenciada.

Em linhas gerais, embora não defendessem nenhuma ideologia, os movimentos políticos-militares propunham uma maior centralização do Estado, a uniformização da legislação e do sistema tributário e a implantação do voto secreto, visto estarem descontentes com a situação política do Brasil. Esclarecendo o fato, Fausto (1981, p. 113) assim define o Tenentismo:

Um movimento político e ideologicamente difuso, de características predominantemente militares, onde as tendências reformistas autoritárias aparecem em embrião [...]. Na base da pequena vinculação com os meios civis, está um dos traços essenciais da ideologia tenentista: os tenentes se identificam como responsáveis pela salvação nacional, guardiães da pureza das instituições republicanas, em nome de um povo inerme. Trata-se de um movimento substitutivo e não organizativo do povo.

Já se sabe que não se configurou num único momento de luta. Decerto, o primeiro segmento da sociedade brasileira a contestar o poder das oligarquias foram os militares. Segundo Souza (1999, p. 115) “[...] Verdade é que, entre 1911 e 1913, eles desencadearam o movimento ‘salvacionista’, visando à derrubada das oligarquias, obtendo êxito, em alguns estados. Neste aspecto, o ‘Tenentismo’ foi, em parte, a continuação do movimento ‘salvacionista’”. O Levante Tenentista desencadeou a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana

⁶ Quando no mês de novembro os bolcheviques, liderados por Lênin, assumiram o governo da Rússia, estabelecendo o primeiro estado socialista, fundamentado nas idéias de Karl Max, teórico alemão do século XIX.

(primeira revolta que tem uma forte influência dos tenentes e se opunha à posse do presidente eleito Arthur Bernardes, em 5 de julho de 1922.); a Revolta Paulista (ressurge em forma de um movimento armado, em 5 de julho de 1924, na cidade de São Paulo, o qual consegue dominar a capital do estado), bem como a renomada Coluna Prestes (após dois anos de luta, enfrentou tropas governistas e de polícias estaduais, além de outros grupos armados às pressas no sertão do nordeste).

Nesse sentido, pode-se inferir que o movimento tenentista não conseguiu produzir resultados imediatos na estrutura política do país, já que nenhuma de suas tentativas teve sucesso, mas, reforçando o que já foi mencionado anteriormente, serviu para manter viva a revolta contra o poder das oligarquias, representada na Política Café-com-Leite, traçando, no seu interior, um expressivo percurso para uma revolução iminente. Em suma, congregou elementos oriundos da classe média e, mesmo sem uma ideologia bem definida, os tenentes se constituíram no 'braço armado' da Revolução de 1930, foco maior deste estudo. Fundamentando com essa visão, Souza (1999, p. 115) defende:

Dentro do exército, os tenentes reagiram, naquela época, contra a subserviência da cúpula militar ao poder oligárquico, e lutavam, também, contra a estrutura interna do exército, que obstaculizava a ascensão dos militares jovens. Por conseguinte, o tenentismo procurou o aperfeiçoamento da instituição militar e o da própria sociedade em que estava inserido.[...] foram episódios característicos da insatisfação dos Tenentes, que culminaram com a Revolução de 30.

Muito embora simbolize um movimento pequeno, percebe-se o início das inquietações no seio da sociedade, com ramificações futuras.

1.2 A ECLOSÃO DO MOVIMENTO: RAZÕES E CAUSAS DA REVOLUÇÃO DE 1930

Em 1930, o Brasil era muito diferente do país de 1889, ano do Golpe Republicano. As transformações econômicas e sociais dos últimos quarenta anos ainda não tinham alterado profundamente a realidade brasileira, no entanto, algo precisava acontecer para transformar as arbitrariedades daquela época.

Após a fase de grande prosperidade econômica que levou os Estados Unidos a assumirem a liderança capitalista mundial, num período entre - guerras aconteceu a queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque, por volta de 1929, originando falências e desempregos, gerando crises difundidas por todo o mundo, exceto para a União Soviética⁷, conforme pontua o historiador Hélio Silva (1962).

Nesse contexto, no Brasil se delineava a Revolução de 1930, pondo fim à Primeira República, o que, na visão de muitos historiadores, configurou-se no movimento mais importante da História do Brasil do século XX. Para Fausto (1981, p. 112), a Revolução acabou com a “hegemonia da burguesia do café, desenlace inscrito na própria forma de inserção do Brasil, no sistema capitalista internacional”.

Contudo, alguns fatores impulsionaram e possibilitaram essa eclosão, entre eles, estão: o fim da política Café-com-Leite, o Tenentismo, e o agrupamento das oligarquias dissidentes na Aliança Liberal, sobretudo esta última, surgindo a partir de uma fragmentação das oligarquias no interior do bloco dominante, haja vista que a predominância das oligarquias mineira e paulista tenha provocado o repúdio das lideranças de outras regiões do país, principalmente as do Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul, por almejarem

compartilhar do poder decisório da política nacional. Confirmando o apontado, Spinelli acrescenta:

Se a divisão entre as facções oligárquicas dominantes favoreceu o ~~címa~~ desfecho revolucionário, deve-se acrescentar a circunstância básica de que a perda de legitimidade do próprio regime foi acentuada, não apenas pelo seu caráter fechado, mas, sobretudo, pela sua incapacidade de encaminhar soluções para os problemas colocados pela diversificação econômica e pelo crescimento urbano do país. Estes problemas foram seriamente agravados pela crise de 1929, a qual se refletiu na queda das receitas de exportação do café, com efeito depressivo sobre o conjunto da atividade econômica, deixando o governo de Washington Luís impotente e desarticulado. (SPINELLI, 1996, p. 18).

No bojo das disputas políticas, as campanhas eleitorais acabaram por representar uma via de maior manifestação dos setores urbanos. Na verdade, a Revolução de 30 adquiriu uma dimensão efêmera da união desses setores.

Diferente da Primeira República, na qual o controle político e econômico do país estava nas mãos de fazendeiros, emergiu um novo cenário, com as atividades urbanas, o pólo mais dinâmico da sociedade e o desenvolvimento da indústria brasileira, aumentando o número de operários, os quais passaram a exigir melhores condições de vida e de trabalho, tornando-os simpatizantes e até adeptos das teorias anarquistas. Introduzia-se, daí, uma nova era.

Contextualizando, entre os anos de 1912 e 1929, a produção industrial brasileira teve um crescimento considerável. No entanto, a política econômica do governo continuava privilegiando os lucros das atividades agrícolas. Mas, com a crise mundial do capitalismo em 1929, a economia cafeeira não conseguiu manter-se. O então Presidente Washington Luís (1926-1930), estabeleceu algumas medidas, na tentativa fracassada de conter a crise no Brasil.

⁷ Após a 1ª Guerra Mundial, na Europa, a crise instaurada fomentou propostas políticas de extrema direita, fundadas em ideais totalitarista, militarista, nacionalista e anti-comunista. Os casos mais conhecidos foram o fascismo, na Itália, e o nazismo, na Alemanha. (SILVA, 1962).

Convém ressaltar que o maior partido de oposição ao partido republicano de Washington Luís era a Aliança Liberal, formado com a participação maciça das oligarquias dissidentes, lançando como principal candidato o governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Dorneles Vargas. Constata-se que a Aliança Liberal recebeu muitas influências do Tenentismo, pois defendia a moralização administrativa cujo slogan era “representação e justiça”, conforme Fausto (1985, p. 334).

Em síntese, despontou um cenário diferente do Brasil: o desenvolvimento do país possibilitou o surgimento de novas atividades econômicas e, conseqüentemente, a consolidação de regiões não diretamente ligadas ao café. Surgiram novas forças sociais: a burguesia industrial aliada aos grupos dominantes tradicionais interessados em conter os movimentos operários; uma pequena burguesia tenta aos seus direitos, e um movimento operário organizado que utilizava a greve como instrumento de defesa. O aparecimento dessas novas correntes sociais evidenciou a inadequação da forma de domínio político para o desenvolvimento do país. A pressão por mudanças na ordem política e sócio-econômica partia de vários grupos: divergentes dos partidos das classes dominantes, operariado, completando-se, também, com o movimento tenentista que agia no sentido de desmobilizar o poder tradicional da elite política.

Pode-se concluir que a Revolução de 1930 se constituiu numa mobilização político-militar que determinou o fim da Primeira República (1889-1930). Originou-se da união entre os políticos e tenentes derrotados nas eleições de 1930, e que decidiram pôr fim ao sistema oligárquico através das armas. Nas eleições de 1930, o candidato da oposição, Getúlio Vargas, é derrotado nas urnas. Alguns meses mais tarde, após o assassinato de João Pessoa, vice da sua chapa, Vargas lidera um golpe que o conduz à presidência da República. Finalmente, um grupo de militares exigiu a renúncia do presidente Washington Luís e pouco

depois entregou o poder a Getúlio Vargas. Em se tratando dessa questão, Souza (1999, p. 115)

formula:

[...] é bom lembrar que a Revolução de 30 não foi obra, apenas dos tenentes. Foi um acontecimento mais complexo. Por ocasião da sua sucessão, o presidente da República, Washington Luís, impôs a candidatura do governador de São Paulo, Dr. Júlio Prestes. Revoltados, os políticos mineiros e gaúchos apresentaram a candidatura do Dr Getúlio Vargas, que saiu derrotado da eleição no dia 10 de março de 1930. Inconformados com uma eleição 'fraudulenta', os tenentes e os demais grupos de oposição resolveram tomar o poder pelas armas.

Enfatiza-se, o fato de que, até então, as fraudes nas eleições brasileiras eram frequentes e comprometiam o processo de extrema relevância política, sendo banalizada sua importância, agravando ainda mais a situação, o que culminou em movimentos como a Revolução de 30.

Para Spinelli (1996, p. 15) é preciso entender a Revolução de 1930 como “um episódio dentro de um processo mais amplo de mudanças políticas sociais e econômicas que se aceleram nos anos vinte e trinta deste século e marcaram profundamente o desenvolvimento ulterior da sociedade brasileira”. Dessa forma, efetivou-se mais como um movimento de mudança do que como ruptura, no qual se consolidou o tenentismo, encenaram as lutas de outras classes da sociedade, apresentando uma diversidade estrutural diferente, impulsionada pelas forças sociais emergentes, que descontentes com as irregularidades, resolveram canalizar suas insatisfações via eleitoral. Era o início, enfim, de um clima ideológico que dava condições participativas de camada da sociedade na política brasileira, muito embora, na prática, ainda não tenha acontecido na proporção desejada.

1.3 A ERA VARGAS: GOVERNO CONSTITUCIONAL E INTETONA COMUNISTA

De acordo com a concepção defendida por Araújo (1984, p. 73) “Todo fato histórico tem suas causas remotas e imediatas”. Assim, como já foi comentado no item anterior, os antecedentes do Golpe instituído no início da década de 30 leva Getúlio à Presidência da República do Brasil e desbravou-se uma nova conjuntura política no país.

Nesse ínterim, na Europa, difundia-se o nazismo e o facismo, com suas imposições e seus massacres. O anticomunismo foi o caminho encontrado pela alta burguesia européia para superar a crise econômica que assolou toda a década de 30. Essa escarcéu chegou ao Brasil por meio da Ação Integralista, movimento de extrema direita, o qual utilizava grupos armados para promover pancadarias e perseguições aos cidadãos acusados de comunistas.

As lutas políticas internacionais também se refletiram no Brasil e a crise mundial estendeu-se por toda a década de 30. Foi no dia três de outubro de 1930 que Getúlio Vargas assumiu, provisoriamente, o comando do governo brasileiro, cuja gestão foi de 1930 a 1935 conforme Silva (1962). Essa administração foi marcada pelas contradições e disputas entre os grupos que o compunham. A exemplo disso, os tenentes, defensores da centralização do poder, tinham como objetivo principal, a desarticulação das oligarquias estaduais e a imposição de certas reformas. Entre as inovações desse mandato, promulgou-se a nova Constituição, formalizou-se o voto feminino, o mandado de segurança, como também a incorporação de uma legislação trabalhista, esta última, fruto da intensa mobilização dos trabalhadores em defesa dos seus interesses.

Com a vitória, os grupos sociais marginalizados durante a I República, com o seu

declínio, emergiram. Entre a Revolução de 1930 e a Segunda Guerra Mundial, o país viveu um acelerado processo de industrialização, substituindo importações. O desenvolvimento do país possibilitou o surgimento de novas atividades econômicas e, conseqüentemente, a consolidação de regiões não diretamente ligadas ao café. Introduziu-se a indústria pesada e a urbanização. Simultaneamente, o Estado passou a intervir diretamente na economia, organizando, regulamentando e incentivando as atividades já existentes, fruto dos ideais tenentistas. Por meio da criação de empresas estatais, deu-se início os campos da siderurgia, energia, mineração, indústria química e mecânica pesada. Dessa forma, em meado do século (1935), o antigo modelo exportador brasileiro estava, definitivamente obsoleto.

Assim, oligarquias dissidentes, burguesia industrial, aliada aos grupos dominantes tradicionais, interessada em conter os movimentos operários; uma pequena burguesia atenta aos seus direitos; classe média e um movimento operário organizado, que utilizava a greve como instrumento de defesa passou a ser o perfil daquela época, o qual influenciava, diretamente a política brasileira. Logo, percebe-se a complexidade para administrar o país, tendo em vista essa diversidade ideológica. Atender às especificidades de cada categoria, logrando êxitos na condução da Nação constituiu-se no grande desafio do governo constitucional de Getúlio Vargas: a tarefa de organizar um governo que superasse os antagonismos, nacionais, regionais e locais e empreendesse a modernização do país.

Segundo estudiosos e alguns críticos da História do Brasil, a gestão do Governo Vargas já iniciou com alguns obstáculos a serem vencidos: o primeiro deles, diz respeito a sua própria inexperiência administrativa e a pouca profundidade de seus apoios, fato; outro impasse que impedia de se constituir um poder mais forte era a inexistência de partidos políticos ou de correntes ideológicas com um mínimo de coesão, capazes de sustentar as decisões do novo governo e lhe servissem como ponto de referência. Com isso, foi se

edificando um governo frágil em suas alianças e confuso em suas propostas e ideologias.

Todavia, as mudanças foram acontecendo, paulatinamente, e, paralelo ao processo de desenvolvimento pelo qual perpassava o país acontecia uma verdadeira revolução cultural e educacional formalizou o sucesso de Vargas na sua tentativa de transformar o quadro da sociedade brasileira, naquela época. “Não foi o movimento revolucionário que começou as reformas do ensino; mas ele [Vargas] propiciou a sua extensão para todo o país”. (CANDIDO, 1984, p, 28).

Com o intuito de promover essas transformações, a partir de 1930, o governo passou a controlar as medidas para a criação de um sistema educativo público. Procurou centralizar a formação educacional e torná-la acessível às classes menos favorecidas, através da criação do Ministério da Educação e Saúde. Ao difundir a escolarização básica, Vargas preconizava a formação de um povo mais consciente, capaz de atender às exigências democráticas, a exemplo do voto. Ademais, almejou construir uma geração de futuros políticos, pensadores e técnicos. Vargas foi pioneiro ao instituir decretos inéditos, como a obrigatoriedade do Ensino Religioso nas escolas públicas (aproximando o estado da Igreja) e, para Ensino Superior, procurou fortalecer e expandir as bases do sistema universitário, investindo nas áreas de ensino e pesquisa. Nesse ponto, são inegáveis os benefícios realizados pelas atitudes políticas voltadas para o planejamento educacional do país, muito embora haja registros de ações e encaminhamentos controversos.

Há vestígios de inúmeros conflitos instaurados na era Vargas, os quais levaram ao ápice de uma crise política, advinda de um somatório de problemas internos e externos. A fim de melhor compreender o contexto dessa crise, é preciso focalizar a conjuntura mundial que condicionou os acontecimentos, naquela ocasião.

Por volta do ano de 1935, intensificava-se no Brasil, a Intentona Comunista⁶, um movimento internacional que pretendia derrubar a sociedade burguesa e implementar um modelo social com base nos ideais socialistas, defendidos por Karl Max. Esse movimento⁷ teve suas raízes na Revolução Russa de outubro de 1917, no qual Lênin, imbuído do pensamento de libertar o homem de qualquer tipo de exploração, e de que o proletariado, como classe oprimida, iria participar de uma sociedade sem classes. De acordo com Lênin, caberia ao proletariado o papel de agente revolucionário, no sentido de aniquilar a sociedade capitalista burguesa.

No Brasil, esse acontecimento ramificou-se e desencadeou, por volta de 1918, em São Paulo e Rio de Janeiro, greves e manifestações. Anos depois, no início da década de 20, fundou-se o Partido Comunista Brasileiro (PCB), obrigado a viver na ilegalidade e proibido de novas adesões, novos seguidores, uma vez que a repressão com os sindicalistas e operários se fazia acontecer de forma veemente.

Desse modo, cinco anos depois, exatamente no ano de 1927, após tentativas fracassadas, os líderes comunistas mudaram as estratégias e fundaram uma frente única, conhecida como Bloco fascismo, com o intuito de desenvolver seus projetos numa cultura que ainda restava.

Nessa perspectiva, surge a Aliança Nacional Libertadora (ANL)¹⁰, liderada por Luís Carlos Prestes, no ano de 1935, opondo-se, sobretudo, ao governo Vargas que,

⁶ Intentona Comunista é o nome pelo qual é conhecido o levante comunista de 1935.

⁷ Movimento histórico originado no ano de 1917, na Rússia. Na ocasião, algumas mulheres descontentes com as condições de trabalho a que eram submetidas, recusaram-se a realizar suas tarefas. Por sua vez, esse movimento foi seguido por vários outros operários, inclusive em outras cidades, chegando ao final do dia, a uma adesão de mais noventa mil operários parados. Dias depois, após controle do país por parte dos operários, tomam o poder das mãos de quem o detinha. Apesar de não ter fortalecido os comunistas russos por não apoiarem o movimento, líderes comunistas de outros países entenderam esse acontecimento como o amadurecimento do mundo para o comunismo, visto que na concepção deles, qualquer revolta dominariam os governos, fazendo-os caírem um a um.

¹⁰ “A Aliança foi uma frente única dos partidos de esquerda, sindicatos, certa ala tenentista e elementos apertadários – fusão de parte da classe média e operariado.” (CARONE *apud* ARAÚJO, 1984, p. 73).

empenhou-se em avançar em seus ideais, organizados através de vários manifestos. Numa apreciação crítica a esse respeito, Araújo (1984, p. 73) adverte: “[...] Do ponto de vista ideológico, a Aliança desenvolveu um programa bastante abrangente. Continha aspirações de todas as classes sociais e partidos, desde os democráticos até os comunistas”.

Suas maiores exigências foram: o cancelamento das dívidas imperialistas, nacionalização das empresas estrangeiras, liberdade de manifestações, fim dos latifúndios, defesa da média e pequena propriedade, jornada de trabalho de oito horas, aposentadoria salário igual para os mesmos cargos e a garantia de um salário mínimo, como pontua Araújo (1984).

Nota-se que a Intentona Comunista se revestiu de ideais sociais, apoiando os anseios da classe trabalhadora e partiu para a luta. O levante eclodiu em pontos esparsos do território nacional, a saber: no Nordeste, em Natal RN e em seus arredores, entre os dias 23 e 25 de novembro de 1935 e em Recife PE, no dia 25 de novembro; No Sudeste, no estado do Rio de Janeiro, por volta do dia 27 de novembro do mesmo ano, questão esta que será mais bem explicitada no capítulo seguinte, ao situar o Rio Grande do Norte nos movimentos que constituíram a História do Brasil.

Dados revelam que os confrontos entre militantes comunistas e integralistas tornaram-se cada vez mais freqüentes. Aproveitando o apoio de parte da sociedade à causa antifascista, Prestes lançou em julho de 1935, em nome da ANL, um documento que requeria a renúncia do Presidente Getúlio Vargas. Em represália, o governo decretou a ilegalidade da ANL. Impedida de atuar publicamente, a organização perdeu muito de sua força, pois só funcionava na ilegalidade.

Com o apoio de Prestes e a adesão de um determinado número de simpatizantes aliancistas em importantes unidades do Exército, o PCB preparou uma rebelião militar,

derrotada no mesmo dia em que começou, graças à falta de organização e do apoio das Forças Armadas. Ficou conhecida como o Levante dos quartéis, funcionando como uma espécie de sinal para o início de uma greve geral, bem como a inserção de uma revolução popular. Sabe-se que o fracasso culminou na prisão de alguns dos chefes da mobilização, outra parte foi torturada e morta. Prestes, líder maior, permaneceu na prisão até 1945.

Isso demonstra a fragilidade do comunismo no Brasil, se comparado a outros países do mundo; as chances de ter sido implantado com a mesma intensidade, conforme aconteceu na Rússia, em 1917, foram remotas e decepcionantes. De fato, a maior parte da população brasileira, da cidade ou do campo, sempre foi conservadora, mesmo a do sudeste e a do sul do Brasil que, naquela época já demonstrava uma população imigrante mais esclarecida e capaz de responder a estímulos das lideranças, sobretudo os italianos e alemães. Entretanto, migraram para o Brasil com o único intuito de vencer pelo trabalho, por isso não lhes interessava, de forma alguma, o envolvimento em questões políticas ou militares.

Enfim, salienta-se que tentativas de levante como essa, nesse país, quase sempre foram produzidas e pensadas por uma classe média restrita, sem qualquer participação de base. Tal fato comprova que a participação das classes menos favorecidas em lutas e movimentos pode ser determinante, pois se trata de uma camada mais numerosa da população, sua ausência, sem dúvidas enfraquece qualquer movimento social. Apesar disso, a relevância dos movimentos oriundos do seio da sociedade está exatamente no valor histórico que representa, por se constituir na produção histórica e cultural de um povo, a exemplo da Intentona Comunista brasileira que, independente de vitórias ou derrotas, jamais deve ser apagada ou negada, dado ao seu contexto político e ideológico e ao papel que desempenhou para a produção histórica do povo brasileiro, naquele momento.

Política Café-com-Leite, Tenentismo, Revolução de 1930, Intentona Comunista.

Como isso tudo foi se configurando no Rio Grande do Norte? E sobre este aspecto que se abordam, no capítulo seguinte, os fatos, as lutas, os ideais sociais, políticos e econômicos ora discutidos, e como eles foram se delineando, tomando forma ao longo das décadas, com sua repercussão na construção da História do estado do Rio Grande do Norte.

2 O RIO GRANDE DO NORTE EM FOCO: VESTÍGIOS E LUTAS

Inserido no quadro mais amplo da situação nacional, o Rio Grande do Norte integrava o sistema na condição de 'sócio menor' do jogo político, com sua classe dominante articulada à classe que mantinha a hegemonia a nível nacional.

(MARLENE MARIZ)

A priori, convém salientar que o objetivo geral deste trabalho monográfico é analisar a participação do Rio Grande do Norte na Revolução de 1930 e o que representou esse movimento para a efetivação de mudanças na estrutura política deste Estado, considerando sua conjuntura histórica, social, política, e econômica naquela época. Mariz (1983) reconhece a importância de estudar sobre a Revolução de 1930, sobretudo quando se pretende investigar a participação de estados que, encontravam-se inseridos no contexto dos embates instaurados no período em estudo, pela preeminência dos estados que se destacaram no cenário nacional, ficaram no anonimato histórico. Isto é, era comum a historiografia nacional relegar as tradições regionais tidas como inexpressivas e exaltar as que se destacaram pela hegemonia política e cultural. A autora adverte:

O tema 'Revolução de 1930' tem sido objeto de grande interesse da historiografia brasileira contemporânea, sendo o assunto analisado em profundidade por diversos estudiosos que apresentam diferentes interpretações, dependendo de suas posições teóricas, gerando controvérsias. [...] a historiografia brasileira tem dado pouca importância aos aspectos regionais, limitando o tema às questões ligadas aos Estados do centro-sul, como se o processo político e sócio-econômico brasileiro fosse restrito aos Estados que lideraram os acontecimentos de 30. [...]. (MARIZ, 1983, p. 1-2).

Província ou estado: enfim, não importam as denominações; mais valioso é entender que os marcos históricos, os quais deram contorno ao Brasil, como nação dentro de um continente, são frutos dos movimentos, das lutas e dos ideais de seu povo. E, neste

contexto em particular, o estado do Rio Grande do Norte, um pequeno espaço que se manteve ativo, mesmo sem o peso político (poder) desejado: acenou com gestos firmes, ousou em suas batalhas e assinalou a sua marca com afinco, consolidando-se por meio de toda a sua gente, sem distinções ou maiores resistências. Nessas circunstâncias, discorre-se sobre como esse Estado, a exemplo de muitos outros, articulou-se ao sistema nacional e colaborou para o processo de construção do saber histórico brasileiro, muito embora não lhe seja atribuído o reconhecimento merecido.

2.1 PANORAMA POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO: UM RECORTE DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE

Na perspectiva de delinear o perfil do estado do Rio Grande do Norte no contexto da História do Brasil, procura-se registrar dados estatísticos, políticos, sociais e econômicos, como também os acontecimentos pré-revolução, no sentido de constatar a sua presença, não como figurante, mas como um elemento importante na construção dessa História.

Ao mesmo instante em que ia se configurando a História do Brasil, traçavam-se os condicionantes da História do Rio Grande do Norte. Assim, é inegável que um contexto não tenha interferido no outro, ou até mesmo se complementando, e os dois entrelaçaram-se e foram propulsores de seus elementos históricos. Ao produzir a sua própria História, de alguma forma esse Estado ajudou a construir o teor histórico brasileiro. Daí a sua relevância, mesmo diante de outros aliados considerados hegemônicos, durante o período da Primeira República (1889-1930).

Politicamente, no ano de 1889, início do primeiro sistema republicano no Brasil, no Rio Grande do Norte, governado por Antônio Basílio Dantas, existiam dois partidos políticos, ambos representando a corrente monárquica no Estado: o Partido Conservador e o Partido Liberal, conforme afirma Araújo (1984). Divergentes, sofreram divisões internas, subdividindo-se em dois distritos, cada um. Assim, neste clima de fracionamento, origina-se o Partido Republicano, liderado por Pedro Velho cujo temperamento é considerado, segundo Cascudo (*apud* ARAÚJO, 1984, p. 61) como “paradoxalmente aristocrático”.

Após o fracasso das intenções iniciais de difusão dos ideais republicanos, já bem defendidos pelos opositoristas no país, somente no final da década de 1880, com o precioso incentivo das divulgações feitas por alguns dos veículos de comunicação importantes do Estado, é que se firmou uma corrente de adesões mais profficuas e, enfim, a criação do Partido Republicano. Dessa forma, no último pleito eleitoral que antecedeu a Proclamação da República, o quadro político revelou um certo equilíbrio em termos eleitorais: havia sido eleitos, nessa Província, dois deputados liberais, três conservadores e dois republicanos, fato que constata a adesão aos ideais republicanos de uma certa representação política no Estado. Nesse sentido, recorre-se às formulações de Mariz (1983, p. 49) ao afirmar que:

O Partido Republicano, no Rio Grande do Norte, foi fundado em Natal, a 27.01.1889, por um grupo entusiasmado pelo ideologia republicana, representantes de uma elite intelectual da capital e municípios vizinhos, (considerados como do litoral) em antecipação a um núcleo republicano que já funcionava na região sertaneja seridoense com sede em Caicó. Esse núcleo era incentivado pelo acadêmico da Faculdade de direito do Recife, Janúncio da Nóbrega Filho (1869-1899), influenciados pelos movimentos estudantis republicanos de Pernambuco.

Vê-se, portanto, que as características elitizadas do grupo fundador desse partido no país, numa alusão aos fatos elencados no primeiro capítulo deste estudo, seguiram na mesma proporção na Província do Rio Grande do Norte (fazendeiros, comerciantes,

bacharéis, senhores de engenhos, estudantes universitários, profissionais liberais e até antigos presidentes de províncias), e mais uma vez, as classes menos favorecidas não apareceram, o que se leva a refletir sobre a ausência (ou seria a exclusão) delas nos registros históricos constantes nas fontes bibliográficas.

Instaurado o regime republicano no país, assim como em outras províncias, as mudanças ocasionadas não foram motivos de maiores manifestações no Estado. Segundo Araújo (1984, p. 61), “faltou ao povo, a consciência da profundidade da mudança política”.

Talvez, esse fato possa ser justificado pela fragilidade do movimento, tendo em vista a não participação de todos os dissidentes sociais nas decisões político-sociais daquela época. “A presença popular não se faz sentir”. (MARIZ e SUASSUNA, 1999, p. 91).

Para melhor compreender o encaminhamento da estrutura política estadual, torna-se necessário fomentar os aspectos da economia local, esclarecendo um fator primordial para a constituição do poder das oligarquias: o coronelismo. “Eram ‘coronéis, portanto, os grandes proprietários, e nesta camada concentra-se a grande força dominante da sociedade regional. Muitos desses coronéis se tornaram influentes políticos do Estado sustentando politicamente oligarcas locais com o seu voto”.(MARIZ, 1983, p. 48).

Economicamente, a província do Rio Grande do Norte, até meados do século XIX, apresentou a produção açucareira como sua principal atividade econômica. Devido à escassez da mão-de-obra escrava (em decorrência da extinção do tráfico e da concorrência da lavoura do café em expansão) e à concorrência do mercado internacional, advinda pelo açúcar produzido da beterraba e cana das Antilhas, a economia entrou em processo decadente. Foi nesse clima de instabilidade econômica que se instaurou a Primeira República na província norte-rio-grandense.

Já na Primeira República, algumas ações foram veiculadas, a fim de se definir políticas de enfrentamento desse quadro, com vistas à superação da crise. Segundo Mariz (1983, p. 31), a política agrícola local “[...] expressava-se por uma série de medidas para vencer os obstáculos, orientada para o problema da mão-de-obra, para a questão do financiamento direto e incentivo à produção e para a necessidade de desenvolver-se a infraestrutura da comercialização do açúcar”.

Apesar de ser um Estado açucareiro, o Rio Grande do Norte era o único da Federação brasileira que não possuía usina de açúcar. Araújo (1984, p. 70) assim define o ápice da crise revolucionária:

O movimento de outubro pode ser rotulado de revolução, no momento em que destruindo as estruturas obsoletas da Primeira República, ensejou a participação, na vida política nacional, de elementos alheios às oligarquias nacionais. Não pode, no entanto, ser vista como uma ‘Revolução Burguesa’, expressa numa oposição entre o setor agrário exportador e a burguesia industrial, uma vez que esta última não teria força, suficiente, para encabeçar um movimento. Não deve ainda ser analisado o movimento de 30 como apenas uma revolta de classe média, liderada pelos ‘tenentes’. O fato de alguns postulados tenentistas coincidirem com as aspirações da classe média, não é suficiente para entregar a estes a responsabilidade do movimento. A Revolução de 30 deve ser considerada como resultante da atuação de forças heterogêneas, onde pode ser constatada a presença de elementos conservadores da ‘Aliança Liberal’ e elementos renovadores ligados à classe média como ‘os tenentes’.

Enfim, superadas algumas crises e em meio às dificuldades nacionais e locais, durante toda a Primeira República, o que deu sustentação à economia estadual foi a produção e comercialização de quatro produtos, a saber: o açúcar, o algodão, o sal e a cera de carnaúba. Para Mariz (*ibid.*, 30), estes quatro componentes “fazem parte de sua pauta de exportação e ainda, em menor escala, da pecuária bovina, considerada mais uma atividade correlata, além de suprir o mercado interno.” A autora acrescenta, ainda, que:

[...] Em função da exploração destes produtos, parece claro que a produção econômica foi um dos principais fatores responsáveis pela polarização populacional dos centros urbanos mais prósperos, principalmente, através da agricultura comercial, como é o caso de Natal, no litoral, Mossoró, na região oeste, e Caicó, na região sertaneja. (MARIZ, 1983, p. 30-31).

A exemplo do que se retratava ao nível de país, o poderio econômico se concentrava nas mãos dos grandes proprietários cujo reconhecimento lhes era dado, através da patente militar conferida pela Organização da Guarda Municipal, intitulada ‘coronéis’, conforme Mariz (*ibid.*, p. 47) registrou:

Esta patente existia de direito ou de fato, isto é, quando o povo atribua o ‘status’ independente de possuir ou não título da guarda municipal. [...] Eram ‘coronéis’, portanto, os grandes proprietários e nesta camada concentra-se a grande força dominante da sociedade regional. Muitos desses coronéis se tornaram influentes políticos no Estado, sustentando politicamente oligarcas locais com seus votos.

Os vieses entre economia e política foram (pode-se afirmar que ainda continuam sendo) proeminentes. Esclarecidos esses fatos, convém retomar, agora, a discussão sobre o quadro político potiguar, o qual se constituiu durante a República Velha. Muitas foram as mudanças empreendidas neste período. Diante do enfraquecimento dos grupos que atuavam na vida pública do estado, houve a inserção de novos partidos políticos, a exemplo do Partido Republicano Estadual, fundado no dia 27 de janeiro de 1889, em Natal. Para o Rio Grande do Norte, a criação deste partido, segundo Mariz e Suassuna (1999, p. 91) “[...] foi iniciativa de um grupo ligado à classe média e à vida urbana, de maneira diversa do que ocorria nas outras unidades da futura federação”. Eles ainda acrescentam:

O regime Republicano do Rio Grande do Norte estava instaurado e consolidado, marcado pela atuação de Pedro Velho, que assumiu o controle do poder com pulso forte, impondo-se como chefe e distribuindo os cargos eletivos entre o seu grupo familiar e de interesses, instituindo e inaugurando o poder oligárquico que vai caracterizar a Primeira República. (MARIZ E SUASSUNA, 1999, p. 105).

Nessa mesma linha de continuidade e ratificação, Cascudo (*apud* MARIZ e SUASSUNA, 1999, p. 89) afirma que:

O Regime Republicano além de transformar a Província em Estado, promoveu mudanças expressivas no quadro político potiguar, no que se refere às lideranças que atuavam no governo monárquico. Estas foram derrubadas de seus postos de comando, substituídas por outras mais fortes em termo de uma estrutura partidária mais organizada. Entretanto, estas lideranças em nada diferiam das anteriores, no tocante à presença de um chefe do qual emanava a força e o poder do partido.

Numa época em que imperava o coronelismo, a hegemonia duradoura de duas oligarquias, no eixo nacional, incomodou os demais poderes que comandavam o restante do país.

A implantação das atitudes republicanas trouxe transformações para o quadro político local. Substituíram-se as antigas lideranças por novos representantes, os quais desempenhariam, ou não, um papel relevante na vida pública norte-rio-grandense. Aprofundando essas ponderações, Mariz (1983, p. 51) esclarece:

No que se refere ao aspecto eleitoral, o Rio Grande do Norte se definia nas seguintes coordenadas: 37 municípios correspondentes a dois distritos eleitorais. O primeiro era constituído de dez municípios, localizados na região litorânea, incluindo-se Natal, capital do Estado. O segundo congregava 27 municípios correspondentes às regiões oeste, agreste e sertões do Seridó. Cada município possuía o seu chefe local, geralmente fazendeiro, criador e algumas vezes comerciantes, que sustentavam com seus votos os chefes estaduais do seu partido. Alguns chefes extrapolavam seu poder além do seu município, controlando quase uma região. [...].

Com efeito, a exemplo do que foi discutido no capítulo anterior, isso retrata o que se passava no país, naquela época, o coronelismo, talvez com mais frequência e intensidade em outras regiões haja vista se tratar de oligarquias mais expressivas (ditas poderosas), dada a vastidão da sua economia ou mesmo ao tamanho de sua população (número de eleitores e políticos). Entretanto, não se pode negar a relevância desses fatos para a História norte-rio-grandense, muito menos para a História do Brasil. Assim, durante o período intitulado

República Velha, em meio a política Café-com-Leite, o Estado do Rio Grande do Norte, no comando oligárquico dos coronéis, os quais apontaram lideranças e asseguram eleições através dos seus currais eleitorais e dos votos cabrestos, como também reforçado pela ‘Política dos Governadores’, vivenciou esse sistema de governo através de duas oligarquias.

A primeira, (no comando de 1889 a 1924)¹¹, liderada e governada por Pedro Velho, ficou conhecida, historicamente, como a oligarquia dos Albuquerque Maranhão que, segundo Mariz (*apud* ARAÚJO, 1984, p. 62) “[...] era do tipo de oligarquia personalista que evoluiu mais tarde para uma oligarquia tribal. A ausência de uma oposição organizada fortificou esta primeira oligarquia que se estendeu até mesmo após a morte de seu fundador”. Para tanto, por trás dessa tradição, “a presença de José Bernardo de Medeiros e a adesão do Cel. Francisco Gurgel, colocava nas mãos de Pedro Velho a maior soma de votos que o estado poderia dispor”, conforme Cascudo (*apud* Mariz, 1983, p. 51-52). Daí admite-se o real poder do coronelismo, tal como predominava na esfera política nacional. Ao fazer menção a esse fato, a autora atribui fato à Política dos Governadores e acrescenta:

Analisando a política norte-rio-grandense dentro do contexto nacional, verifica-se que a ‘Política dos Governadores’ restringiu o domínio local a uma única oligarquia que permaneceu no poder os anos vinte. (1924). O período de 1892 a 1909 correspondeu à sedimentação do grupo de Pedro Velho no poder. [...] A oligarquia Maranhão concentrava membros da família e amigos, e representava os interesses econômicos do grupo que se ligava ao comércio exportador do açúcar, algodão e sal, através da política do monopólio e concessões que favorecia a facção da classe dominante e impedia a concorrência, característica da ordem competitiva do liberalismo econômico. A oposição acusava a oligarquia de se apossar do aparelho do Estado, para impedir o fortalecimento do grupo opositor.

Nessa formulação, percebe-se como funcionavam os favores políticos intra e/ou extra-oligarquias, no intuito de manterem-se no poder. E assim, a classe hegemônica permanecia no poder, dentro de cada oligarquia, assegurada pelos favores justados pela

¹¹ De acordo com os registros, a base econômica dessa primeira oligarquia ajustava-se na exportação do açúcar.

Política dos Governadores, mantendo-se, ainda, uma certa 'lealdade' partidária e eleitoral com o pólo nacional.

A segunda oligarquia¹², em vigor no início da década de 20 e interrompida pela Revolução de 1930. O primeiro representante foi José Augusto Bezerra de Medeiros, membro da família do então governador do Estado, Juvenal Lamartine deputado federal, na época. Seus representantes tinham suas bases eleitorais na região do Seridó. "Embora, aparentemente, aparecesse com características democráticas, foi um grupo opressor de manifestações que viessem a contrariar sua hegemonia". (ARAÚJO, 1984, p. 63). Apesar disso, a concepção política desse grupo funciona de forma mais harmônica possível com a hegemonia oligárquica nacional. "Um exemplo desse entrosamento é a visita de Washington Luís, em 1926, (após ter sido eleito presidente da República) ao Rio Grande do Norte, onde passou dois dias percorrendo e observando a estação experimental do algodão do Seridó e o Açude Gargalheiras". (MARIZ, 1983, p. 60).

Diante dos fatos ocorridos nas últimas duas décadas que antecedem a Revolução de 1930, verifica-se, *in loco*, que essa oligarquia diferiu bastante da primeira, sobretudo, no que concerne aos conflitos, divergências e radicalismos das gestões anteriores. Tal fato pôde ser minimizado porque esse poder atuou em consonância com a estabilização da situação nacional, ou seja, houve um somatório das forças eleitorais, assim representado pelas maiores expressões no Estado, afirmando-se um certo poder às forças governantes estaduais.

Componente propulsor de sua história, a conjuntura social norte-rio-grandense no período da Primeira República (1889/1930), no bojo de suas atribuições, conclama problemas de ordens diversas, a despeito das estruturas organizacionais do processo histórico brasileiro. Segundo Mariz e Suassuna (1999, p. 106):

¹² Época que se desarticulou o eixo econômico, no Estado, do açúcar para a produção do algodão.

[...] No transcurso de todo o período da Primeira República faz parte da zona periférica nacional, configurando-se como um Estado pobre e atrasado, com insignificante participação na vida econômica do país. Mas. Mesmo com esse quadro desfavorável não permaneceu isolado da vida política nacional, fato comprovado pela participação de políticos norte-rio-grandenses em cargos da cúpula federal, o que demonstra a sua integração nas relações de força na disputa do poder.

Assim determinado, percebe-se que a base social do Estado, na década de 1900, chegava a pouco mais de 274.000 habitantes. A classe representativa (média) significava um pequeno contingente advindo da economia agrícola, através de uma estrutura agrária de grandes latifúndios, originando disparidades e, em consequência, estratificações sociais. Assim, trata-se de uma sociedade que em seu interior tinha “o ápice da pirâmide social ocupada pelos grandes proprietários rurais, seguidos dos comerciantes mais abastados e dos poucos industriais, constituindo a elite local dominante política e economicamente”. (MARIZ e SUASSUNA, 1999, p. 117).

Ademais, existia uma camada operária com pouca significação, tendo em vista a ineficiência de um setor industrial em desenvolvimento. Representavam uma categoria com aproximadamente 2.146 operários, em condições de vida bastante precárias, os quais se sujeitavam a trabalhar sem nenhum amparo legal da legislação, conforme pontua Mariz, (1983).

Enfim, a pequena classe média norte-rio-grandense, por muito tempo, foi formada por proprietários rurais, alguns comerciantes, bem como por uma camada urbana. Tratava-se de um conjunto de pessoas, num montante inexpressivo cuja preocupação era centrada mais na ascensão social do que na busca por ideais sociais e coletivos ou em organizar lutas e movimentos em prol de seus interesses. Esse perfil não era exclusividade da classe média potiguar, predominou por muitos outros contextos, contribuindo, assim, para a manutenção da política de dominação difundida pelas oligarquias.

Não há notificações de grupos organizados que reivindicassem melhorias para sua classe, com exceção do Sindicato de Trabalhadores, o qual era orientado por Café Filho, e funcionava como instrumento de oposição à oligarquia dominante nas manifestações operárias. As únicas greves registradas no Estado foram: a dos operários da Tecelagem Santa Inês e a dos estivadores de natal, no ano de 1923. (*Ibid.*).

Diante dos fatos, as mobilizações nacionais, não tiveram repercussão no Rio Grande do Norte, tendo em vista o grau de suas adesões. No entanto, pode-se afirmar que, mesmo em pequena proporção, marcou presença, também, nos movimentos que culminaram na Revolução de 1930. Confirmando o apontado, Mariz (*ibid.*, p. 46) registra: “Esta camada da população teve uma participação efetiva na Revolução de 1930, na medida em que apoiava as diretrizes do movimento e camada dos militares, embora com pouca expressão, em vista dos resultados obtidos.”

Tal afirmação confirma e ilustra a participação, mesmo que sutil, dos norte-riograndenses em causas sociais, a exemplo do Levante Tenentista, segundo denominação e acontecimentos discutidos no corpo deste trabalho monográfico. Conclui-se que a essência da construção histórica de uma sociedade não está, apenas, no tamanho da sua participação, mas na busca contínua e intensa dos ideais de um povo, independente do nível social ao qual se insere. É com esta visão que se analisa, no próximo item, o efeito da eclosão da Revolução de 1930 no estado do Rio Grande do Norte.

2.2 O ÁPICE DA CRISE: A EXPLOSAO DA REVOLUÇÃO DE 30 NO RIO GRANDE DO NORTE

Para dar maior sustentação e clareza ao objeto de estudo pesquisado, pensou-se em partir, de uma maneira mais aprofundada, da definição de um dos termos ligados diretamente com a pesquisa em questão: é o conceito de Revolução. Segundo o Dicionário Aurélio, significa ação ou efeito de resolver(-se) ou revolucionar(-se). Rebelião armada, revolta, sublevação. Transformação radical de estrutura política, econômica e social, dos conceitos artísticos ou científicos.

Para este fim, redefina-se esse conceito, considerando que revolução supõe a ação revolucionária, como um instrumento de transformação nas relações políticas, sociais e culturais, no ordenamento institucional e na estrutura econômica, conforme aconteceu no Brasil, no episódio classificado de Revolução de 1930, já esclarecido no decorrer deste, no qual evidenciou-se que os desentendimentos políticos entre as próprias oligarquias brasileiras, a exemplo da dissolução do pacto firmado na política Café-com-leite nas eleições de 1930, bem como o forte movimento tenentista, culminou na revolução supracitada, tendo como precursores os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. Araújo (1984, p. 70) assim define o ápice da crise revolucionária:

o movimento de outubro pode ser rotulado de revolução, no momento em que destruindo as estruturas obsoletas da Primeira República, ensejou a participação, na vida política nacional, de elementos alheios às oligarquias nacionais. Não pode, no entanto, ser vista como uma 'Revolução Burguesa', expressa numa oposição entre o setor agrário exportador e a burguesia industrial, uma vez que esta última não teria força, suficiente, para encabeçar um movimento. Não deve ainda ser analisado o movimento de 30 como apenas uma revolta de classe média, liderada pelos 'tenentes'. O fato de alguns postulados tenentistas coincidirem com as aspirações da classe média, não é suficiente para entregar a estes a responsabilidade do movimento. A Revolução de 30 deve ser considerada como resultante da atuação de forças heterogêneas, onde pode ser constatada a presença de elementos conservadores da 'Aliança Liberal' e elementos renovadores ligados à classe média como 'os tenentes'.

Entretanto, no Rio Grande do Norte, muito embora integrasse o bloco dos dezessete estados que apoiavam o Governo Federal (sendo o 4º a aderir), a Revolução de 1930 eclodiu sem as motivações ideológicas de uma revolução, tão somente limitou-se a um movimento das elites políticas e visou à substituição de autoridades, para restabelecer a hegemonia das alianças políticas mais fortes entre a própria classe dominante. Segundo Mariz (1983, p. 75):

Para dimensionar o grau de participação do estado na revolução, costumam dizer que a Revolução de 1930, no Rio Grande do Norte, foi feita na Paraíba. A afirmativa não é de todo destituída de sentido. Era lê que se encontrava praticamente, o único revolucionário do Estado, Café Filho, que se antecipou as tropas revolucionárias, para fazer-lhe a recepção. Assim é que estas entraram em Natal, no dia 6 de outubro e Café chegara no dia anterior.

Nesse sentido, a impressão que ficou registrada é de que este Estado entrou no contexto revolucionário, apenas na condição de adesionista, tendo em vista as circunstâncias preliminares de seu apoio ao movimento, ou seja, comparando-se a outras realidades, ele configurou-se tão somente como uma espécie de caixa de ressonância, e ressoava o eco distante e compassado de terceiros, e não a sua própria voz.

O governador da época, Juvenal Lamartine, incomodava os opositores, com suas perseguições político-partidárias. Apregoava como principais características, um governo autoritário, intransigente com os adversários e dependente em relação ao poder central. Até o início do movimento, não há registros de nenhum clima de agitação e reação contra o poderio local, fato que notifica a repressão governista, por não permitir reações adversas a sua administração.

Com a proximidade do processo eleitoral para o sucessor do presidente Washington Luis, Lamartine logo apoiou a chapa situacionista, composta por Júlio Prestes, para presidente, e Vital Barbosa, seu vice.

Dentro do estado, esboçava-se, simultaneamente às insatisfações nacionais, um panorama político contrário ao que foi estabelecido pelo grupo dominante da década. Contudo, a camada dos revolucionários potiguares era pequena; os que mais se destacaram foram: Café Filho e Sandoval Wanderley que, apesar de serem considerados os mais atuantes, estavam exilados na Paraíba (de onde lideram as campanhas); restando Pedro Dias Guimarães e Omar Lopes Cardoso, ambos demasiadamente vigiados pelo governo, inibindo a atuação dos mesmos. Ademais, no anonimato se escondia um número considerável de pessoas descontentes e injustiçados com a administração local da época. (SOUZA, 1999).

A chegada, a Natal, das notícias da mobilização revolucionária, no dia 3 de outubro de 1930, levou Juvenal Lamartine avaliar a situação no Estado. Por isso, ensaiou uma resistência ao movimento, ordenando ao Batalhão de Caçadores uma reação armada. Desfalcada, o fracasso foi iminente, culminando na fuga do governador do Estado e na tomada do poder pelos revolucionários, no dia 6 de outubro do ano em foco.

Na ocasião, o clima de paz aparente mudou: aconteceram “arruaças, assaltos abuso e insegurança pública, em nome da revolução. [...] Esta agitação popular, conquanto manipulada por Café Filho, pode ser entendida como uma expressão da insatisfação por parte das camadas populares com a situação passada”. Formula Mariz (1983, p. 78).

A partir daquele momento, a participação popular norte-rio-grandense, mesmo sem muitas resistências, deixou de ecoar com vozes alheias, e passou a ter voz própria. Ainda de forma incipiente, sem muito entusiasmo, conforme analisa Mariz (*ibid.*, p. 79).

Na verdade, se não houve resistência, também não houve muito entusiasmo. saivõ : ensaiada manifestação popular ao 29º BC quando este entrou em Natal. Afora os poucos aliancistas e o grupo de simpatizantes que aderiram na última hora, a população como um todo, recebia a revolução sem grande entusiasmo. A agitação popular em Natal, pode ter sido efeito, apenas, da mobilização das camadas mais baixas por Café Filho, o que também pode ser interpretada como expressão de insatisfação popular. Questiona-se a forma como se manifesta.

Foi nesse ambiente que se instaurou a Revolução de 30 no Rio Grande do Norte. E mais uma vez, revela-se o teor participativo do Estado no processo histórico do país, a partir de nuances próprias, considerando todo um arcabouço de conjecturas vivido pelo seu povo, fruto de um conjunto de ações que, por vezes se perpetuaram ou se modificaram ao longo do tempo, as quais, dependendo do grau de conveniência foram satisfatórias para uns e arbitrárias para outros. Vê-se, a seguir, a repercussão desse quadro e suas acomodações nos anos sucessivos à deflagração do movimento de 30 no Estado do Rio Grande do Norte.

2.3 O GOLPE DE 1930 NO RN: AMBIENTE POLÍTICO E SOCIAL NOS ANOS DE 30 A 35

Recapitulando o quadro anterior, ainda no governo Juvenal Lamartine foram fechados os sindicatos operários e a imprensa oposicionista proibida de comunicar. Enfim, o governo havia silenciado a oposição. No entanto, a Revolução explode no Rio Grande do Norte e diante das notícias do bom desempenho dos militares em Pernambuco e Paraíba, deu-se o seu encaminhamento para o Rio Grande do Norte. Quando as forças revolucionárias chegaram ao Estado, mais precisamente em Natal, a capital encontrava-se sem governante e sem resistência legalista. Por dois dias a vida administrativa da cidade ficou paralisada, o comércio fechou suas portas e a administração local deixou de funcionar. Com o advento da Revolução, os governantes estaduais da época foram depostos pelos 'tenentes' e instaurou-se no Rio Grande do Norte a disputa pelo poder pós-revolução. O quadro pode ser assim descrito:

Boletins, passeatas, boataria e comícios relâmpagos se sucediam com a velocidade de um raio nos pontos principais da cidade. O número de adesões à Revolução crescia como enchente de rio após uma chuva torrencial. E assim foram muitos os que mamaram nas tetas da Velha, e logo que a Revolução consolidou-se, aderiram aos novos donos do poder. (SOUZA, 1999, p. 120).

Tal fato mostra que movimento de 1930, quase não alterou as estruturas de poder existentes no Rio Grande do Norte, e sobreviveram ainda no decorrer das décadas seguintes.

Em meio a um clima de instabilidade política e econômica, a exemplo do que se processava no Brasil, surgiu o assunto da sucessão estadual. A Aliança Liberal do Estado ficou dividida em torno de dois nomes: Café Filho e de Silvino Bezerra Neto. O nome cotado pela oposição foi o do desembargador Silvino Bezerra Neto, que rompera com Juvenal Lamartine, em 1929, durante a campanha presidencial.

Ao ser cogitado para assumir o Estado, Café Filho teve o seu nome rejeitado. Sentindo-se traído pelo grupo, o qual havia indicado Silvino Bezerra, irmão de Augusto Bezerra, líder do grupo político que decaiu, Café Filho rompeu com o grupo revolucionário. A fim de resolver a problemática, foi instituída uma Junta Governativa militar que garantiu a ordem pública e consolidou a mudança, permanecendo no poder de 6 a 12 de outubro de 1930. Quanto ao destino de Café Filho, por ser um componente importante, na ocasião foi nomeado para exercer o cargo de “Secretário de Segurança, por indicação de Juarez Távola. Por outro lado, os militares precisavam de Café Filho, pois ele era a única pessoa da cúpula revolucionária que possuía prestígio popular na capital, indispensável para manter a ordem pública”. (SOUZA, 1999, p. 120).

Para prefeito de Natal, foi indicado o nome de Pedro Dias Guimarães, o qual governou a capital de 07 de outubro de 1930 a 16 de junho de 1931. Por fim, escolhido para presidente provisório do Estado, o doutor Lindolfo Câmara, norte-rio-grandense radicado no Rio de Janeiro, servindo na Fazenda Nacional. E enquanto este não chegava, foi acertado que

Irineo Joffille assumiria interinamente o governo do Estado. Essa interinidade acabou no dia 11 de novembro de 1931

Extensivo a todo o país, o sistema de interventorias consolidou-se, também, no Rio Grande do Norte, de 1930 até 1935, com influências de políticos de outros estados, tendo em vista que o grupo revolucionário do Estado revelou-se com pouca expressividade política. Dessa forma, durante o período do Governo Provisório cinco interventores passaram pelo cargo, e esta rotatividade comprova a instabilidade política e as contradições da nova classe dominante, composta ainda, com a presença dos políticos tradicionais. Foram nomeados, pela ordem sucessiva (1º ao 5º): Irineo Joffili; Tenente Aluizio de Andrade Moura, Herculino Cascardo; Bertino Dutra da Silva e, por último, Mário Câmara, todos exerceram seus mandatos em curtos períodos, acentuando cada vez mais a desestabilidade do panorama político local.

Convém lembrar que, no período das interventorias, estava administrando o país o presidente Getúlio Vargas. Entrelaçavam-se as tensões entre as políticas local e nacional, efetivando-se dificuldades de conciliação entre a interventorias com as forças locais. No ápice dessa crise estavam os fatores causadores da desarticulação que, segundo Mariz (1983, p. 86):

...é também possível apontar a falta de habilidade política de alguns desses interventores, que tinham mais idealismo do que estratégia política, a estrutura local alicerçada numa forte base agrária, com seus representantes, dificultando a ação governista, por não se acomodarem às novas lideranças indicadas, o que comprova a inconsistência da revolução de se impor no estado; as divisões dentro da própria ala governista que não se integrava ao espírito revolucionário como um todo e finalmente a falta de apoio ao Governo Central, aos seus representantes no estado, o que demonstra a preocupação do governo provisório em não se incompatibilizar completamente com os políticos tradicionais.[...].

Os aspectos da crise nacional na Era Vargas se refletiam com maior intensidade, o Rio Grande do Norte. No topo. No auge do Tenentismo (1932), presenciava-se diversos conflitos espalhados por todo o Brasil, tendo como agravantes todo o contexto político, partidário e ideológico da classe dominante e seus dissidentes.

Assim, o ciclo revolucionário do Rio Grande do Norte chega ao seu fim, com a derrota nas eleições de 1934 do então interventor Mário Câmara, candidato a Governo do estado e amigo pessoal de Getúlio Vargas.

A exemplo do que já foi discutido neste trabalho, em 1935, ano da insurreição comunista, no Brasil ensaiou-se o movimento denominado Intentona Comunista. O levante eclodiu em pontos esparsos do território nacional, a saber:

No que concerne à mobilização nacional, eclosão deste levante se deu em partes esparsas do país. No Rio Grande do Norte, depois em Pernambuco, para só atingir a etapa mais importante: a subversão instituída na Vila Militar no Rio de Janeiro, um complexo de quartéis que representavam o centro enérgico das forças incumbidas de garantir a segurança nacional. Tal movimento foi considerado o de maior repercussão haja vista o Estado ter sediado um dos pontos de batalha.

Em Natal, entre 23 e 25 de novembro de 1935, o movimento iniciou-se antecipadamente, quando sargentos, cabos e soldados tomaram o 21º Batalhão de Caçadores e instalaram um Comitê Popular Revolucionário, com o intuito de dominar a cidade. Quatro dias depois, as tropas do Exército e polícias dos Estados vizinhos tomaram o quartel das mãos dos revoltosos, restabelecendo a ordem.

A síntese desse movimento foi muito bem retratada pelo excerto abaixo, publicado pelo veículo de informação local da época, o jornal A República, nº 1465, de 28 de novembro de 1935, conforme registrou Araújo (1984, p. 76). “Natal em toda a sua existência

de cidade pacata, não fora ainda constrangida a assistir espetáculos tão tristes e de tão sangrenta dramaticidade como os das noites de desespero e horror, sob o domínio cruento da estupidez desenfreada dos elementos extremistas. [...]”.

Sabe-se, portanto, que houve muito mais rebeldia e violência, do grupo que liderou a Intentona Comunista em Natal, do que propriamente lutas em prol das causas sociais. A comunidade local atravessou momentos de pânico, e neste ínterim, o Governador em exercício, Rafael Fernandes, usou estratégias de enfrentamento, orientado providências as quais desmobilizaram a tempo, o levante no Estado, enquanto ainda se organizavam outros motins no país, considerando o fato do Rio Grande do Norte ter se antecipado à rebelião. Entretanto, essa antecipação foi vista como positiva, pois enfraqueceu o movimento, em nível de país. Para enfatizar, notificam-se, ainda, as seqüelas oriundas dessa desordem, de acordo com o seguinte depoimento:

O levante de Natal foi uma revolta de cabos e sargentos, operários, funcionários públicos. A maioria nada sabia de comunismo. Nem mesmo os dirigentes do movimento, os pouco declaradamente comunistas, tinham formação marxista. Eram revoltados simplesmente. O elemento de mais popularidade, o sargento Quintino, da banda de música do Regimento, não era letrado. Acreditava apenas que o comunismo solucionaria os problemas brasileiros. O grosso dos adesistas julgava tratar-se de um movimento para repor o interventor Mário Câmara. (HÉLIO SILVA, *apud* ARAÚJO, 1984, p. 79).

Grosso modo, os rebeldes norte-rio-grandenses não quiseram defender a ideologia comunista. Refletiam-se ali, os resquícios de anos de insatisfações, de uma ou mais classes que, na efervescência de um movimento maior, deixaram transparecer seus anseios, seus ideais sociais, muito embora tenham trilhado um percurso tortuoso: o do extremismo e da violência. Lamenta-se que os potiguares, depois de aproximadamente trinta anos de

convivência com arbitrariedades e abusos políticos, econômicos e sociais, resolveram aderir às lutas em prol de suas causas num momento tão controverso.

Para finalizar, o que se sabe é que esse clima era uma dissidência de um contingente maior, no qual o mundo já se preparava, teoricamente, para a II Guerra Mundial. Como aliado, o Brasil entrou nesse contexto, em meio às suas crises internas das décadas de 1930 e 1940, e, estrategicamente, o Rio Grande do Norte surge como o Trampolim da Vitória, sobretudo pela sua posição geográfica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já conheceis a história. Contudo, iremos repeti-la. Todas as coisas já foram ditas; mas, como ninguém escuta, força a recomeçar sempre.

(ANDRÉ GIDE)

Diante das leituras ora empreendidas e de tudo o que foi discutido ao longo da Graduação, ficou claro que a política, dependendo dos diferentes enfoques que pode ter, seja ela como arte ou ciência, teoria ou prática, interfere nos encaminhamentos e nos interesses para a formulação e a tomada de decisões das esferas sociais. Caso o comportamento dos políticos não seja satisfatório ou não se esteja de acordo com funcionamento de um determinado sistema, e mesmo assim não se faz nada, quanto a isso se estar sendo político: contribui-se para a perpetuação de uma situação política indesejável ou inaceitável. Por outro lado, caso se deseja fazer alguma coisa para melhorar a situação, a única via de ação possível, neste caso, é por meio da política que, ao longo das décadas, ocorreram fatos que impulsionaram o remanejamento de sua ótica ou redefiniu suas áreas de concentração e, em diversos casos, permitiu que o poder ganhasse ou perdesse espaços importantes, a partir de perspectivas e intervenções variadas ocorridas no seio da sociedade. Isso ficou evidente nos aportes históricos veiculados ao longo deste estudo, em especial.

O conhecimento, sua construção, a teia de relações imbricadas faz-se afirmar que em vez de conclusão, tem-se a provisoriedade de conhecimentos, os quais, em um dado momento atendem aos anseios de quem os produz.

Dessa forma, o conhecimento formalizado nas leituras, bem como o confronto de dados e informações revelam a importância e a presença do Rio Grande do Norte no

cenário da História do Brasil, como um estado 'menor', mas como um protagonista de sua própria História, que atrelado a determinantes externos, foi-se configurando, com suas particularidades e dentro de um universo plural.

Analisar a participação do Rio Grande do Norte, no movimento de 1930 e o que representou esse movimento para a efetivação de mudanças ou mesmo permanências na sua estrutura política, constituiu-se num desafio gratificante, tendo em vista a concretude do aprendizado.

Na verdade, o Rio Grande do Norte corrobora sua participação no movimento de 1930, num contexto em que o Brasil passava por mudanças políticas, sociais e econômicas decisivas para a História Contemporânea do país. Tais mudanças se processavam com maior rapidez nos anos 20 e 30, ao se evidenciarem as forças do poder da classe dominante, que se utilizavam de mecanismos antidemocráticos para se manter no poder, já citados anteriormente, no capítulo que trata da temática supracitada cuja repetição se dará, neste instante, com a finalidade maior de enfatizar ainda mais as discrepâncias do poderio da época: o voto não era secreto, atas eleitorais adulteradas, por meio das eleições a bico-de-pena.

Com o Golpe de 30, um novo bloco político no poder, veio o desenvolvimento do país, o qual possibilitou o surgimento de novas atividades econômicas e, conseqüentemente, a consolidação de regiões não diretamente ligadas ao café, rompendo com o pacto da Política Café-com-leite. Em contrapartida, originou-se no seio da classe média o movimento tenentista, o qual conjugou forças e mobilizou-se em prol de reivindicações e lutas esparsas e significativas, fortalecendo a Revolução de 30.

Na seqüência dos acontecimentos que marcaram a história, consolidaram-se, ainda, novas forças sociais: a burguesia industrial aliada aos grupos dominantes

tradicionais, interessados em conter os movimentos operários organizados, os quais utilizavam a greve como instrumentos de defesa. Com as novas forças sociais evidenciou-se a inadequação de tal forma de domínio político para o crescimento do país.

Enfim, tendo-se como parâmetro as fontes bibliográficas pesquisadas, pôde-se constatar a ocorrência dos fatos na vivência da população norte-rio-grandense ao longo do período em foco, , mesmo que em proporções diferenciadas. Desse modo, os resultados da presente pesquisa levam a afirmação de que esses acontecimentos se constituíram em episódios que comprovam, com exatidão, a participação do Rio Grande do Norte na construção dos fenômenos históricos do Brasil, quando, simultaneamente, produzia a sua própria História.

Tem-se a convicção do teor dos registros ora escritos, por isso finaliza-se este estudo com o compromisso de divulgá-lo ou publicá-lo em eventos quando necessários, na perspectiva de transformá-lo em mais um acervo bibliográfico que difundirá a História do Rio Grande do Norte no contexto da historiografia nacional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. (*org.*) **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra.** 2002.

ARAÚJO, G. B. de; PINHEIRO, M. I. de M.; MEDEIROS, M. Z. P. de. **Roteiro para estudo da História do Rio Grande do Norte.** Nossa Editora - Natal/RN, 1984.

CASCUDO, L. da C.. **História do Rio Grande do Norte**, 2a edição. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

FAUSTO, B. **A Revolução de 1930: historiografia e história**, São Paulo, Brasiliense, 1972.

_____. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

GARCIA, M. L. A. Retirado da Internet. Endereço eletrônico: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADtica_do_Caf%C3%A9-com-Leite" Data da pesquisa 22/11/2006.

HORN, G. B. **Metodologia da pesquisa.** Curitiba: IESDE, Brasil, 2005.

HORTA, C. R. Famílias governamentais de Minas Gerais. In: **ANAIS do Segundo Seminário de Estudos Mineiros.** Belo Horizonte: UFMG, 1956.

MARIZ, M. da S. **A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte: 1930-1934.** Natal, PRAEU, 1983.

_____; SUASSUNA, L. E. B. **História do Rio Grande do Norte: império e república.** Natal, RN: Gráfica Santa Maria, 1999.

_____. **História do rio Grande do Norte.** Natal RN: Sebo Vermelho Edições, 2002.
SILVA, J. de A; SILVA, S. E. da e PEREIRA, R. B.; SANTOS, A J. dos e ARAÚJO, W. G. A Revolução de 30 no RN. História do RN n@ WEB [*On-line*]. Available from World Wide Web: <URL: www.seol.com.br/rnnaweb/>

MONTEIRO, D. M. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2000.

SILVA, H. **A revolução traída: o ciclo de Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. Brasileira, 1962.

SOUZA, I. 1935: os comunistas. IN: **Jornal Diário de Natal**. Natal/RN: 1999. Fascículo 5.

SPINELLI, José Antônio. **Getúlio Vargas e a Oligarquia Potiguar: 1930/39**. Natal: EDUFAN, 1996.